

Ao
Senhor Presidente
Fundação Nacional do Índio
SIA - Trecho 04 - Lote 750
71.200 - Brasília - DF

São Paulo, 15 de janeiro de 1986

Senhor Presidente,

Recebi o Processo Funai 28870/00804/85 e que trata de Certidão Negativa de Aldeamento Indígena, requerida pela Companhia Vale do Rio Doce.

Após leitura atenta do Processo e dos mapas anexados e considerando o conhecimento que tenho sobre as questões de terras relativas a Reserva Xikrin do Cateté, venho informar o seguinte:

1- A Reserva Xikrin do Cateté é uma área demarcada. Existem, porém, vários problemas: no Sul a Reserva continua invadida pela Fazenda Grã Reata. Espera-se a sentença do juiz, em Belém, e a devolução desta área aos índios Xikrin. Ainda no Sul, a área adjacente ao limite demarcatório foi desmatada pelo Getat para o assentamento de colonos, o que prejudicou muito a preservação ecológica da Reserva. Em 1982, em relatório enviado à CVRD e FUNAI sugeri a criação de um cinturão de preservação entre a linha demarcatória e a rodovia 279, área que de fato, historicamente pertence aos Xikrin. Nada foi providenciado pela FUNAI junto aos órgãos competentes.

A Oeste a margem esquerda do Cateté esta sendo também totalmente desmatada, sem qualquer fiscalização dos órgãos competentes.

As cabeceiras dos rios Seco e Cateté, de vital importancia para a sobrevivência dos Xikrin estão poluídas por terem as suas cabeceiras ficado fora da Reserva e cortadas pela estrada.

No limite Noroeste houve um erro de demarcação que precisa ser corrigido.

Todos estes problemas estão relatados nos meus relatórios à CVRD

desde 1982 . A FUNAI, apesar de estar em posse de todas estas informações nunca se preocupou com esta situação .

2- No que se refere as áreas requeridas pela Companhia Vale do Rio Doce, de fato não há índios naquela área. A sugestão da FUNAI de deixar uma faixa de 10 km a margem esquerda do rio Aquiri e margem direita do Itacaiunas, para resguardar o uso dos rios para os índios, além de não encontrar, como é indicado no processo, respaldo legal, me parece perigoso. É importante pensar no assunto de maneira objetiva .

Em janeiro de 1985, com os índios e o chefe de Posto do PI Kateté percorri de barco, todo o rio Itacaiunas até o Pium e também realizei vários sobrevôos de helicóptero . Esta área é a mais preservada graças à contínua vigilância da CVRD . Isto é não há invasões e por enquanto não há sinais de degradação ambiental, nem do lado da Reserva, nem do lado da posse pretendida pela CVRD .

Sabemos, porém, que para o futuro, essas áreas fazem parte da Província Mineral de Carajás .

Me parece que o indicado seria o seguinte :

a- Com relação à preservação ambiental (florestas e rios) a FUNAI precisa se empenhar junto aos órgãos competentes para que a lei seja rigorosamente cumprida (veja folhas 20, 21 e 22 deste Processo, Código de Águas e Código Florestal) e isto não apenas para as áreas requeridas pela CVRD, mas para todas as áreas limítrofes da Reserva e que vem sofrendo agressões contínuas de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros . Isto é condicionar a concessão da Certidão Negativa ao cumprimento da lei .

b- O Departamento do Meio Ambiente da CVRD elaborou um projeto de preservação ambiental :

- A Reserva dos Castanhais II de 182.987 ha, a margem esquerda do rio Aquiri ;
- Área de Proteção Ambiental da Serra Sul, de 109.136 ha .
- Projeto de área tampão de proteção à Reserva Indígena Cateté , de 228.200ha ao longo da margem direita do rio Itacaiunas .

Ao meu ver devemos, a FUNAI, os índios e a sociedade civil dar o

maior apoio a esta iniciativa se o Projeto da CVRD for aprovado pelo Governo o que é uma outra questão .

A FUNAI poderia, de certa maneira, cobrar formalmente da CVRD a realização deste projeto de preservação ambiental, para que de fato ele se concretize e não fique apenas no papel .

Penso que deixar um corredor de 10 km, como pede a antropóloga da FUNAI, é uma solução utópica e como já disse perigosa, já que permitiria a entrada descontrolada de garimpeiros, posseiros e aventureiros, como está acontecendo nos outros limites da Reserva, sob a responsabilidade da FUNAI .

c- Os índios possuem , do lado direito do rio Itacaiunas um castanhal chamado Maria Roxa, e que eles exploram . A CVRD nunca se opôs a esta atividade dos índios Xikrin naquela colocação . Seria bom , porém, depois, os próprios índios assistidos pela FUNAI, formalizarem com a CVRD a concessão de uso temporário deste castanhal .

Atenciosamente

Luz Boelke Vidal

Antropóloga da Universidade de São Paulo

São Paulo 21-04-86.

Prezado Senhor,

Estou lhe escrevendo com a recomendação de um amigo Shelton Davies, que esteve conosco aqui no Brasil no mês passado. Em um simpósio organizado pela Associação Brasileira de Antropologia, colocamos a nossa preocupação com o extrativismo madeireiro descontrolado praticado no norte do Brasil, especialmente nos estados de Pará e Roraima, sendo que o alvo das companhias madeireiras são as Reservas indígenas. Como a madeira nobre procurada é o mogno, carissimo, os índios se deixam seduzir por contratos que lhes prometem um dinheiro fácil e uma certa autonomia financeira, mas que também implica na radical destruição de seus territórios.

Trabalho há vários anos com os Kayapó-Xikrin, cuja reserva foi demarcada, mas que vivem hoje no meio de uma corrida desenfreada aos garimpos de ouro e retirada de madeira. Isto é o modelo predatório está na região, além do Projeto Ferro-Cavajás, estatal e que também se expande na região. Os índios assinaram um contrato com uma madeireira, mas ao mesmo tempo, nunca conseguiram, eles ou a Funai e nem o IBDF, controlar este empreendimento conduzido de fora. Vai ser um arranca tudo indiscriminado e sem fiscalizações corretas. O melhor seria, quem sabe, pelo menos em termos de contraproposta que eles mesmos começassem a extrair e cortar a sua madeira, mas de modo planejado, com um mínimo de danos.

Sandy me indicou o seu nome e endereço para me aconselhar. Ele me disse que você

travira desenvolvido um projeto interessante de manejo florestal junto com os índios Ayorede na Bolívia.

Os Kayapó nas selvas ainda muito aculturados, não mais selvas campestres, bem que muito bons agricultores. Selvas autônomas em relação a sua subsistência, caça, coleta, pesca e grandes voças. Comercializam também a castanha do Pará, mas não rende o lucro fácil e imediato da venda de madeira.

Os jovens estão cheios de energia e com muita vontade de alguma perspectiva que possa equiparar os ao que tem acontecendo na região devido aos projetos de desenvolvimento regional e estatal.

Seja uma grande fertilidade se o sentir pudesse nos informar de como funciona o seu projeto, em que consiste e de como foi planejado e implantado. Seja uma grande ajuda para começar a pensar junto com os índios novos rumos em sua economia, especialmente neste momento de mudanças decisivas na região.

Espero poder contar com o seu apoio e de antemão lhe agradeço.

Atenciosamente,

Sra. Lux Vidal

Antropóloga da Universidade de São Paulo
Presidente da Comissão Pró-Índio SP.

Endereço

Sra. LUX VIDAL

Rua Maceio 107 ap. 51

01302 - São Paulo - SP -